

LEITURAS DE SUCESSIVIDADE COM O PRETÉRITO IMPERFEITO NO DISCURSO

Ronaldo Mendes¹

up201809885@edu.lettras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Neste trabalho, discutem-se as relações temporais que as proposições no Imperfeito do Indicativo podem licenciar em contextos de narrativa. A análise partiu de um *corpus* constituído por 26 exemplos retirados do conto “Solidão” de Miguel Torga (1987), baseando-se nas propostas teóricas de Reichenbach (1947), Kamp & Reyle (1993), Dowty (1986) e Cunha (2004). Sendo que o Imperfeito estativiza os eventos (Cunha 2004: 303), fez-se uma breve distinção aspetual entre eventos e estados, para perceber de que modo as relações temporais são influenciadas pelas propriedades aspetuais das situações. Com efeito, foi possível confirmar que o Imperfeito não só desencadeia uma relação de sobreposição e, em alguns casos, de inclusão entre as situações e os seus pontos de referência, mas também estabelece uma relação de sucessividade, sobretudo quando combinado com advérbiais que remetem para futuridade ou quando os Imperfeitos se sucedem no discurso (podendo a sucessividade resultar da leitura habitual das situações).

PALAVRAS-CHAVE. Imperfeito do Indicativo, Aspeto, Relações Temporais, Narrativa.

ABSTRACT. In this study, we discuss the temporal relationships that the propositions in the imperfect indicative tense comprise in narrative contexts. The analysis is based on a corpus consisting of 26 examples taken from the short story “Solidão” by Miguel Torga (1987), and it is conducted within the theoretical framework of temporal relationships as proposed by Reichenbach (1947), Kamp & Reyle (1993), Dowty (1986) and Cunha (2004). Since the imperfect turns events into states (Cunha, 2004: 303), a brief aspectual distinction was made between events and states to clarify how temporal relations are influenced by the aspectual properties of situations. Our results confirm that the imperfect not only triggers a relationship of overlap and, in some cases, inclusion between situations and their points of reference, but also establishes a relationship of successiveness, especially when combined with adverbial

¹ Estudante do 2.º ano de Mestrado em Linguística.

phrases that refer to future or when phrases with imperfect tense follow each other in speech. In the latter case, successiveness may result from the habitual reading of situations.

KEYWORDS. Imperfect Indicative, Aspect, Temporal Relationships, Narrative.

1. Introdução

O objetivo principal deste trabalho é o de estudar as relações temporais desencadeadas pelas proposições expressas no Pretérito Imperfeito do Indicativo no contexto da narrativa. Ora, falar das relações temporais no discurso que um determinado tempo verbal estabelece, neste caso, o Imperfeito do Indicativo, implica, em primeiro lugar, falar do tempo em si, enquanto uma categoria linguística. Tal como os adjuntos adverbiais, os verbos auxiliares, entre outros processos de localização temporal, o tempo verbal tem como função localizar as situações que os enunciados expressam (Oliveira 2013: 509). Segundo a mesma autora, o tempo linguístico é ordenado, num eixo linear, do Passado em direção ao Futuro, em relação a um momento ou intervalo que é tomado como referência, que pode ou não corresponder ao momento em que um determinado enunciado é produzido, isto é, o tempo da enunciação (Oliveira 2013: 510).

Ainda em concordância com Oliveira (2013: 510), determinar a localização temporal de uma dada situação, um estado ou um evento, é associá-la a determinado ponto ou intervalo de tempo, no eixo de tempo (do Passado ao Futuro). Isto, de certa maneira, significa saber se a eventualidade é anterior, simultânea ou posterior ao intervalo de tempo tido como o seu tempo de referência, como definido por Reichenbach (1947: 287) (retomaremos esta questão mais adiante). Nessa linha de tempo, o Pretérito Imperfeito, o tempo que nos propusemos estudar neste trabalho, enquadra-se no domínio do Passado. Note-se que, para além deste valor semântico de Passado, o Imperfeito possui também valores aspetuais e modais, como assegura Oliveira (2013: 518), não tendo sido considerados, para este artigo, estes últimos valores.

Partindo da recolha de um conjunto de exemplos do conto “Solidão”, de Torga (1987), a nossa análise baseia-se nos seguintes objetivos específicos: 1) identificar os casos em que o Imperfeito pode promover relações de sucessividade no contexto da narração; 2) procurar identificar os elementos linguísticos que licenciam este género de interpretações; e, por fim, 3) tentar perceber se estes casos de sucessividade com o Imperfeito são ou não

quantitativamente relevantes no todo do texto. Quer isto dizer que o nosso foco está em tentar compreender se existem relações temporais estabelecidas por situações no Imperfeito para além daquelas previstas na literatura, às quais mais adiante nos referiremos.

Em conformidade com os objetivos acima mencionados, e porque, tal como é descrito em Cunha (2004: 300 ss.) e Oliveira (2013: 509 ss.), a localização temporal e a estrutura interna dos predicados influenciam-se mutuamente – sendo que a ocorrência de um tempo verbal é condicionada pelos valores aspetuais – teremos em consideração, para o nosso estudo, a distinção aspetual entre estados e eventos, dado que exercem influência sobre a estruturação temporal do discurso.

Este artigo é composto por mais três partes, para além desta breve introdução, em que se encontram enunciados a problemática e os objetivos da investigação. Esta primeira parte subdivide-se em três subpartes: primeiro, em 1.1. faz-se uma breve revisão bibliográfica sobre a relação entre estados e eventos; de seguida, em 1.2. procede-se ao enquadramento teórico sobre as relações temporais, tendo em conta a natureza aspetual das situações; por fim, em 1.3. discutem-se as propriedades temporais (e aspetuais) do Imperfeito do Indicativo. Na segunda parte do trabalho, apresenta-se a metodologia aplicada para a recolha e análise do *corpus*. A terceira secção é dedicada à apresentação dos resultados de análise, procedendo-se à sua discussão. Por fim, na quarta e última secção, apresentam-se as considerações finais.

1.1. Estados e eventos

A distinção entre estados e eventos é uma distinção de natureza aspetual, i.e., o modo como a estrutura temporal interna das situações se perspetiva ou se organiza, a partir das suas propriedades aspetuais (Oliveira 2013: 509). Esta distinção é relevante para este trabalho, já que o Imperfeito tem propriedades aspetuais (Oliveira 2004, 2013; Cunha 2004, 2013), como se justifica na secção 1.3.

Em Oliveira (2013) e muito em particular em Cunha (2013: 587 ss.), salienta-se que a informação aspetual de uma oração pode ser dada lexicalmente ou gramaticalmente. No primeiro caso, trata-se do aspeto lexical, que corresponde à classe aspetual básica de uma proposição, que é obtida através da interação entre elementos linguísticos como verbo, complementos e, às vezes, sujeito. No segundo caso, porém, a informação aspetual é obtida pelas alterações exercidas sobre o perfil básico das situações por meio de tempos gramaticais,

verbos de operação aspetual ou adjuntos adverbiais temporais, dando origem a uma classe aspetual derivada.

Partindo do que se disse acima, verifica-se que são vários os elementos que podem coocorrer para a caracterização das situações, tendo também em conta os traços de dinamicidade (situação com um conjunto de fases sucessivas), duratividade (a possibilidade de uma situação se prolongar no tempo), telicidade (eventualidade com um fim intrínseco, possuindo uma fronteira final que determina a sua conclusão) e homogeneidade (manutenção das características da situação considerada no seu todo) (Cunha 2013: 589-591), sendo o primeiro traço o mais importante para a distinção entre estados e eventos. Os estados, em termos gerais, constituem predicados não dinâmicos, i.e., são situações marcadas pela uniformidade da sua estrutura interna (“ser guineense/alto”; “estar contente”; “ter olhos castanhos”); enquanto os eventos, pelo contrário, são situações dinâmicas, por apresentarem subfases sucessivas (“O João escrever / ler um livro / cortar a meta / tossir”), podendo ter ou não um fim intrínseco. Atente-se na agramaticalidade dos exemplos da frase (1) em oposição aos da frase (2)²:

- (1) (a) O João é guineense / alto (*habitualmente).
 a’) *João, sê guineense / alto!
 b) *A criança tem olhos castanhos propositadamente.
 b’) *Criança, tem olhos castanhos!
- (2) a) A Djenabu escreve (*habitualmente*)
 a’) Djenabu, escreve!
 b) A Djenabu lê o livro *propositadamente*.

Os exemplos em (1) mostram que, como é descrito em Cunha (2013: 592 ss.), num “contexto neutro”, só as predicções estativas “mantêm uma leitura preferencial puramente temporal, do presente real, com o presente do indicativo”, como se vê em (1a), e não podem ocorrer, tipicamente, com advérbios volitivos (1b) nem nas frases imperativas (1a’, b³). Os eventos, pelo contrário, combinados com o Presente do Indicativo, têm tipicamente uma

² Estes testes linguísticos foram apresentados originalmente por Dowty (1979) e retomados por Cunha (2004).

³ Devemos, porém, notar que, como salienta Cunha (2013: 596), certos estados, em particular os faseáveis – que são situações que, por serem suscetíveis de se combinarem com traços denotadores de dinamicidade, se aproximam de eventos (Cunha 1998, 2004) – podem ocorrer com imperativos e expressões volitivas (e.g. “Maria, sê simpática com as tuas colegas!”, “A Maria foi deliberadamente desagradável com os clientes”).

leitura de habitualidade (2a) e ocorrem em frases imperativas (2a') e em frase com advérbios volitivos (2b).

É com base nestas observações que, como foi sublinhado na introdução, Cunha (2004: 299) e Oliveira (2013: 509) lembram que, no caso do português, os tempos verbais e a estrutura interna dos predicados se influenciam mutuamente. Estas consequências serão discutidas na subsecção seguinte, tendo como ponto de partida as propostas teóricas de Reichenbach (1947), Kamp & Reyle (1993) e Dowty (1986), essas duas últimas fundamentando o enquadramento teórico de Cunha (2004).

1.2. Relações Temporais

Na introdução, referimos que falar das relações temporais que as eventualidades estabelecem equivale a falar do modo como as situações expressas por estes enunciados se localizam temporalmente – num eixo linearmente ordenado do Passado em direção ao Futuro (Oliveira 2013: 510) –, considerando o intervalo de tempo tido como o seu ponto de referência, intervalo esse que pode ou não corresponder ao momento da enunciação (Reichenbach 1947). Nesta subsecção, apresentaremos algumas propostas que se afiguram indispensáveis para a análise das relações temporais, centrando a nossa atenção em compreender o tipo de relações que se estabelecem com o Imperfeito do Indicativo, quando combinado com situações estativas ou eventivas.

A proposta de Reichenbach (1947: 287-289) assenta na existência de três pontos que permitem descrever os tempos gramaticais, nomeadamente o 'Ponto de Fala', o 'Ponto de Evento' e o 'Ponto de Referência', doravante PF, PE e PR, respetivamente. A partir desses pontos, estabelecem-se três tipos de relações temporais entre as situações: a de anterioridade, a de simultaneidade e a de posterioridade, todas em relação a um PF e PR. Numa frase solta como '*Peter had gone*', Reichenbach (1947: 288), embora assumo o 'momento em que o Pedro partiu' como o PE, o intervalo entre este ponto e o PF como o PR, nota que a determinação do intervalo do tempo considerado como PR não é muito clara. Essa interpretação é favorecida pelo contexto comunicacional, isto é, o PR da frase '*Peter had gone*', 'o Pedro tinha partido', é anterior ao PF e, em circunstâncias normais, é antecedido por uma outra situação passada. Porém, no contexto da narrativa, acrescenta o autor, a série de eventos narrados pode determinar o PR, visto como anterior em relação ao PF. Entre os diferentes tempos gramaticais analisados por Reichenbach, tendo em conta estes três pontos,

o ‘Simple Past, Extended’ do inglês (*I was seeing John*) e o *imparfait* do francês (*je voyais Jean*) podem corresponder ao Imperfeito do Indicativo (eu estava a ver o João...), representado da seguinte maneira:



PR, PE

PF

Quanto à relação entre os 3 pontos, Reichenbach (1947) considera que em frases complexas ou sequência de frases se aplicam as chamadas regras de ‘Sequência de tempos’. De acordo com a sua teoria, há 2 casos quanto à posição do PR: ‘princípio de permanência do PR’ (princípio segundo o qual o PR tem de ser o mesmo para todas as eventualidades expressas numa sequência de frases) e ‘Uso posicional do PR’ (Reichenbach, 1947: 293-295). Assim, de acordo com este autor, a frase ‘*I had mailed the letter when John came and told me the news*’ interpreta-se da seguinte maneira:

1.^a oração: E₁ _____ R₁ _____ S

2.^a oração: _____ R₂, E₂ _____ S

3.^a oração: _____ R₃, E₃ _____ S (Reichenbach, 1947: 293)

No entanto, acatela Reichenbach (1947: 295 ss.), quando o PR não é o mesmo para todas as frases de uma oração, i.e., se o PR de uma é anterior ao da outra, então o Princípio de Permanência do PR não se aplica, sendo geralmente substituído pela regra de ‘Uso Posicional do PR’, o portador da posição temporal da situação descrita. Assim, a frase ‘*he was healthier when I saw him than he is now*’ tem a seguinte interpretação:

1.^a oração: R₁, E₁ _____ S

2.^a oração: R₂, E₂ _____ S

3.^a oração: _____ S, R₃, E₃ (Reichenbach, 1947: 295)

A segunda proposta adotada na nossa análise é a de Kamp & Reyle (1993), assente na Teoria da Representação do Discurso, segundo a qual a distinção aspetual entre estados e eventos influencia o modo como o discurso se estrutura temporalmente e a forma como a ligação entre essas eventualidades se faz através dos seus respetivos TR (Tempos de Referência) (Cunha 2004: 301). De acordo com essa teoria, eventos e estados têm

comportamentos distintos na organização temporal do discurso: os eventos podem fazer progredir o tempo em que as predicções se localizam; os estados, porém, mantêm preferencialmente inalterado o intervalo associado às situações. Em consequência disso, cada evento está incluído num intervalo que, por um lado, segue o tempo em que se situa o evento precedente e que, por outro, pode ser tomado como Tempo de Referência para a introdução de uma nova situação. Os estados, pelo contrário, não se revelam capazes de instaurar um Tempo de Referência próprio, limitando-se, por isso, a manter uma relação de sobreposição com o intervalo do evento que os antecede (Cunha 2004: 301).

A título exemplificativo, observe-se a frase (3), na qual as situações eventivas se sucedem uma à outra, por oposição às predicções descritas na frase (4), em que o estado⁴ “rilhavam grão” inclui o evento “deitar-se tarde”:

(3) A Maria abriu a porta, entrou em casa e deitou-se no sofá. (Cunha 2004: 301)

(4) Deitaram-se tarde, na mesma loja onde os machos rilhavam grão. (Torga 1987: 137)

Outro investigador que também se interessou pelo estudo das relações temporais é Dowty (1986). Para Dowty (1986: 37), as relações temporais estabelecidas entre situações descritas em frases sucessivas num discurso são, geralmente, explicitadas por adverbiais de tempo definido. Quando tal não acontece, escreve Dowty, as relações temporais dos predicados são determinadas por três fatores, a saber: classe aspetual, ‘Princípio para Interpretação Temporal do Discurso’ e aquilo a que chama de ‘*Conversational Implicature*’, que, segundo o autor, se baseia no conhecimento que se tem do mundo (Dowty: 41). No entanto, como lembra Cunha (2004: 305), o perfil aspetual das eventualidades interfere decisivamente na organização temporal do discurso.

Os pressupostos de Dowty (1986) traduzem-se na existência do chamado ‘Princípio de Interpretação Temporal do Discurso’. Esse princípio determina que o TR de uma predicção numa sequência de frases deverá ser interpretado como um tempo compatível com o tempo veiculado pelos adverbiais temporais ou, em caso em que tal não se verifica, um tempo que siga imediatamente o TR da frase anterior (Dowty, 1986: 45). É segundo essa lógica que Cunha (2004: 305) sublinha que os eventos estão tipicamente incluídos nos intervalos que lhes servem de TR, pelo que, numa sequência de frases, estabelecem uma relação de

⁴ Repare-se que, neste caso, a leitura estativa é licenciada pelo Imperfeito, de que, aliás, falam Kamp & Rohrer (1983) e Cunha (2004). Esta questão será retomada na subsecção dedicada ao Imperfeito.

sucessividade, isto é, fazem progredir a narrativa. Os estados, por sua vez, não têm um TR próprio, estabelecendo uma relação de sobreposição com os eventos, e podem iniciar-se antes e prolongar-se para além do seu TR (*Ibidem*), como se vê nos exemplos (5) e (6). Se, no exemplo (5), as situações eventivas (“regressou”, “falou”, “perguntou”) estabelecem uma relação de sucessividade, em (6) a situação estativa (“ressonava”) iniciou-se antes e prolongou-se depois da eventiva (“tocou”), com a qual se combina sobrepondo-se parcialmente.

(5) Um dia, porém, o Duro regressou à terra. Muito mudado no aspeto e no feitio, falou a todos, perguntou por tudo, num desejo diligente de fraternidade e de recuperação. (Torga, 1987: 132)

(6) E, sem dizer uma palavra ao colega, que **ressonava** ainda, tocou vazio para Guiães. (Torga, 1987: 133)

No entanto, assinala-se que, de acordo com Cunha (2004: 307), o ‘Princípio de Interpretação Temporal do Discurso’ “permite acomodar, de uma forma bastante simples, exemplos em que os estados se encontram envolvidos numa relação preferencial de sucessividade⁵”, como se observa nos seguintes exemplos dados por ele:

(7) Ana morou em Paris, morou em Londres e morou em Lisboa.

(8) O Jorge estava a ver televisão. Adormeceu e teve pesadelos.

1.3. O Pretérito Imperfeito

Estabelecida a distinção entre estados e eventos e as relações temporais que tipicamente desencadeiam, falemos então do Imperfeito do Indicativo. Segundo Matos (1996: 437 ss.), o Imperfeito é, na maior parte dos casos, um tempo anafórico, sem referência autónoma, pelo que precisa de um antecedente para a sua interpretação. Esta observação, de certa maneira, vai ao encontro daquela que é feita sobre as predicções estativas, na medida em que estas também, por não terem um TR próprio, precisam de um intervalo de tempo que lhes sirva de TR.

⁵ Olhando para os exemplos dados por Cunha (2004: 307), podemos chegar à seguinte conclusão: os estados em sucessão, particularmente no exemplo (7), encontram-se no Pretérito Perfeito, tempo que, por defeito, favorece esta leitura, como aliás é descrito pelo mesmo autor, ainda que não referente aos exemplos em questão. Os casos com o Imperfeito serão discutidos mais adiante neste trabalho. Também a discussão sobre esse tempo, em oposição com o Pretérito Perfeito, encontra-se em Oliveira (1986, 2004), Dowty (1986), Kamp & Rohrer (1983), entre outros.

Partindo de propostas de Dowty (1986) e Kamp & Reyle (1993), Cunha (2004) salienta que o Imperfeito é um “tempo gramatical [que] dá lugar a situações de natureza estativa” (*Ibidem*: 302). Segundo o mesmo autor, esse tempo, ao contrário do Pretérito Perfeito, mantém “um maior grau de dependência no que diz respeito a outras situações que com ele co-ocorrem”, porque é “concebido como sobreposto a passado, i.e., que selecciona para Ponto de Perspectiva Temporal um determinado intervalo, contextualmente relevante, anterior ao momento da enunciação, geralmente proporcionado pelas eventualidades no Pretérito Perfeito que o acompanham” e, por essa razão, “favorece, na grande maioria dos casos, uma interpretação de sobreposição, ou mesmo de inclusão, dos eventos com que se combina” (*Ibidem*: 307 ss.). Observe-se os exemplos a seguir:

(9) Fez que não entendeu. Pois sim. A Gorda é que **sabia** o que lhe convinha.

(10) E o Duro, enquanto **tratava** dos machos ou **dava** um ponto na albarda, **regalava-se** todo de a ver passar assim, muito azada, bonita, a meter inveja ao sol.

(Torga 1987: 129-130)

No exemplo (9), o evento “fazer” está incluído no predicado estativo “saber”, sendo que o estado começou antes e prolonga-se depois do evento em causa. Já em (10), há uma sobreposição das situações descritas por “tratar”, “dar” e “regalar-se”, servindo um dos dois predicados (disjuntivos) de TR para o estado “regalava-se”. Esta explicação é corroborada por Oliveira (2013: 519), quando refere que “quando os predicados denotam estados temporários ou eventos, [...] o Imperfeito do indicativo necessita normalmente de um tempo de referência introduzido por um adjunto adverbial”, concluindo que em contextos de subordinação, como é o caso da frase (10), a oração em que ocorre o Imperfeito é introduzida por “quando”, “enquanto”, “ao mesmo tempo que”.

No entanto, tal como adverte Cunha (2004: 303), há configurações em que alguns estativos podem estabelecer relações de sucessividade, mesmo com o Imperfeito, como se vê em (11)⁶:

(11) a) O João tinha um B.M.W.. Vendeu-o para comprar um Ferrari.

b) O comboio atravessou a ponte. Estávamos no Porto.

(Cunha, 2004: 303)

⁶ Neste caso, a leitura da sucessividade não é estabelecida apenas pelo tipo de situação em si, é também favorecida pelo tempo gramatical combinado com questões de natureza lexical (se tinha, já não tem).

Casos como estes parecem-nos explicáveis pelas propostas de Kamp & Rohrer (1983). Esses autores demonstram que o significado dos tempos verbais está principalmente nas relações temporais que estabelecem entre as frases em que ocorrem e aquelas que as precedem num texto (*Ibidem*: 250). Assim, prosseguem os autores, o Imperfeito ou ocorre com adverbiais temporais (podendo ser um único advérbio ou uma oração subordinada, como referimos acima) que lhe sirva de PR e, quando ocorre sem adverbiais temporais, pode ser entendido como referindo-se a um intervalo de tempo distinto do PR, pelo facto de a eventualidade que descreve ser encarada como (causa de) mudança (*Ibidem*: 258-259). Nesses casos, o Imperfeito licencia a leitura de sucessividade, por criar mudança no estado de coisas, podendo ser entendido como “imperfeito de rutura/imperfeito narrativo” (Matos 1996: 51).

Resumindo, podemos dizer que o Imperfeito tem múltiplos valores, nomeadamente, valores temporais, aspetuais e pragmáticos. Temporalmente, pode desencadear relações de inclusão, de sobreposição ou de sucessividade. Aspetualmente, este tempo descreve um intervalo aberto à direita, daí a sua imperfetividade, e fronteiras indefinidas, estativizando tipicamente as situações (Matos 1996; Cunha 2004; Oliveira 2004, 2013). Os valores modais, entre outros, foram ignorados neste trabalho, como explicitado na introdução.

2. Metodologia

De modo a tornar possível a análise feita neste trabalho, foram recolhidos exemplos de proposições expressas no Pretérito Imperfeito do Indicativo no conto “Solidão”, de Miguel Torga (1987), do livro *Contos da Montanha*.

Note-se, porém, que nem todas as ocorrências do Imperfeito foram analisadas. Para além dos casos em que o Imperfeito tem valores modais, o Imperfeito em expressões idiomáticas não foi tido em conta, como se pode ver no exemplo a seguir, em que “o diabo era ser meia senhora” é uma expressão idiomática e “levava” tem uma leitura modal favorecida pelo verbo matriz “cuidar”, sinónimo de “pensar” ou “achar”:

- (12) O diabo **era** ser meia senhora e andarem todos atrás dela, mais a mim. (...) Por isso, sempre cuidou que não **levava** nada de ali (Torga, 1987: 129).

Também foram excluídos da análise os casos envolvendo as construções “ir a + infinitivo” ou com “quando”, como em “Quando a mulher ia a abrir a porta, (...) sangrou-a à

navalha como quem sangra um porco (Torga, 1987: 133); orações explicativas e, em geral, todos os casos das orações subordinadas, como “Aquilo não é parelha para ti, rapaz! – dissera-lhe a Gorda, (...) na altura em que, com grandes rodeios, tentava apalpar o terreno” (Torga, 1987: 129), por serem construções diferentes daquela em que os imperfeitos surgem sequencialmente ordenados no discurso, caso de que se ocupa este trabalho. Por fim, as construções do Imperfeito no discurso indireto livre foram igualmente desconsideradas, como em “Entre recriminações, pragas e vômitos, o Luciano foi despejando o saco. **Punha-lhos** o Carlos, evidentemente” (Torga, 1987: 132).

No total, foram analisados 22 casos, tendo em conta as seguinte variáveis: a) tipo de predicado (evento ou estado); b) tipos de relações temporais desencadeadas pelas predicções. No caso da primeira variável, a análise não recaiu sobre subtipos de estados nem de eventos, o que não nos impediu de, sempre que se justificou, ressaltar alguma particularidade de uma dada situação. Tentou-se, no entanto, perceber, de forma geral, como funcionam os estados e os eventos com o Imperfeito, se sofrem ou não alguma transformação ao nível das relações temporais para além daquilo que é previsto na literatura. Na segunda variável, os tipos de relações temporais analisados, considerámos as relações de inclusão, de sobreposição e de sucessividade entre as eventualidades e os seus pontos de referência, estando o foco na relação de sucessividade.

Em consequência da análise das relações temporais, recorreu-se, na maioria dos casos, ao modelo de análise temporal de Reichenbach (1947) (utilizou-se também o modelo da DRT de Kamp & Reyle (1993), devido à complexidade de alguns exemplos), agrupando os exemplos de acordo com o tipo de relações temporais que as predicções no Imperfeito estabelecem.

3. Apresentação e discussão dos resultados

Antes de apresentarmos e discutirmos os resultados obtidos, convém lembrar o seguinte: localizar temporalmente as situações descritas por proposições equivale a atribuir-lhes um ponto ou intervalo temporal, no tempo cronológico, tendo em conta o seu ponto de referência e/ou ponto de perspectiva temporal. Assim, há uma relação de ‘inclusão’ quando o intervalo de menor extensão temporal se inclui no de maior extensão; há uma relação de ‘sobreposição’ (total ou parcial), quando dois intervalos coincidem (total ou

parcialmente) e, por fim, há uma relação de ‘sucessividade’, quando os intervalos se sucedem (Oliveira 2013: 129; Silva 2005: 141).

Nesta secção, apresentam-se os resultados da análise das relações temporais estabelecidas pelas proposições no Imperfeito do Indicativo, considerando as suas propriedades aspetuais, com base no quadro teórico de Reichenbach (1947) e Kamp & Reyle, (1993), apoiando-se, em alguns casos, em Dowty (1986) e Cunha (2004, 2013). Para além das relações de inclusão e de sobreposição (subsecção 3.1), assumiremos que o Imperfeito, dependendo da natureza lexical da eventualidade ou do tipo de adverbiais com que se combina, sobretudo aqueles que remetem para futuridade, pode também estabelecer uma relação de sucessividade (3.2) entre as situações e o seu PR.

Nesta análise, as situações a **negrito** correspondem àquelas representadas pelo Imperfeito e os seus pontos de referência encontram-se sublinhados.

3.1. Relações de Inclusão e de Sobreposição com Imperfeito

Como vimos nas secções anteriores, o Imperfeito, por ser um tempo sobreposto ao passado, desencadeia sobretudo as relações de sobreposição e de inclusão com as eventualidades com que se combina. Nesta secção, analisam-se primeiramente os casos de inclusão e, a seguir, os de sobreposição. Atentemos, então, nas frases (13) e (14), que correspondem aos exemplos 6 e 21 do anexo.

(13) Fez que não entendeu. Pois sim. A Gorda é que **sabia** o que lhe convinha. (Torga 1987: 129)

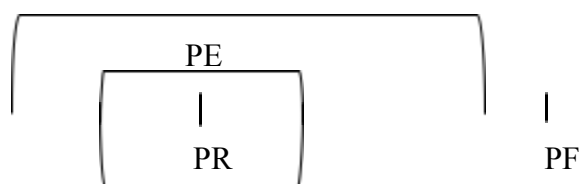
(14) Sem poder aguentar mais o frio daquela maldição humana, falou em casamento à Rosária (...). **Estava a entrar** nos quarenta e cinco. Não **era** velho ainda. (Torga 1987: 136)

Em todos esses exemplos, estabelece-se uma relação de inclusão entre as eventualidades descritas no imperfeito e os seus respetivos pontos de referência. Em (13), como já se viu em 1.3., o PR é dado pelo evento descrito pela frase com o verbo no Pretérito Perfeito (“fez que não entendeu”) e está incluído no estado (“sabia”), sendo que aqui o estado começou antes e prolonga-se depois do evento em causa. Em (14), igualmente, a oração no Pretérito Perfeito (“falou em casamento à Rosária”) serve de PR ao estado “estava a

entrar...”⁷, que é PR do estativo descrito por “não era velho”. Assim, e de acordo com a proposta de Reichenbach (1947), estas frases correspondem ao esquema (1):



Esquema 1⁸



Os resultados acima apresentados confirmam a proposta de Dowty (1986), retomada por Cunha (2004), segundo a qual as proposições no Imperfeito, em caso de não ocorrerem com adverbiais temporais, tomam como PR as eventualidades no Pretérito Perfeito que as acompanham. Isto porque o Imperfeito carece de um PR próprio. Ainda sobre a relação de inclusão, existem outros exemplos cujo PR é dado pelos adverbiais e/ou pelas orações inseridas em parágrafos anteriores. No exemplo (15), correspondente ao exemplo 16 e 17 do anexo, o PR é dado pela oração imediatamente anterior (“tocou vazio para Guiães”), estando o adverbial temporal “de manhã” a localizar uma situação habitual (“sabia-lhe a vida a podre”).

- (15) De manhã, **sabia-lhe** a vida a podre [...] E, sem dizer uma palavra ao colega [...] tocou vazio para Guiães. **Vinha** cego, cheio dum ódio calado, espesso, que o tomava todo, desde a cabeça aos pés. (Torga 1987: 133)

Além destes exemplos, pode-se ver a relação de inclusão na frase 12 do anexo, que corresponde ao **Esquema 1**. Assim, no todo das frases analisadas, são 4 os casos nos quais se estabelece uma relação de inclusão entre o Imperfeito e os seus pontos de referência.

⁷ Note-se que entre os dois estados estabelece-se uma relação temporal de inclusão, o estado progressivo “estava a entrar nos quarenta e cinco” está incluído no estado descrito pela proposição “não era velho”.

⁸ Neste esquema, a linha em torno do PR indica apenas que o PR está incluído dentro do intervalo do PE, sendo anterior ao PF, tal como o PE.

Os dados analisados permitem também testar a relação de sobreposição entre as situações ocorridas no Imperfeito e os seus pontos de referência. Observem-se os exemplos seguintes, correspondentes às frases 5, 7, 14 e 15 do anexo:

- (16) A Isaura fora sempre o seu fraco. Desde muito novo que a **trazia** na ideia. (Torga 1987: 129).
- (17) Só **descansava** aos domingos. E mesmo assim ia às missas à Senhora da Amoreira ao romper de alva⁹ (...) (Torga, 1987: 130).
- (18) Apesar de o atravessarem de lado a lado, o Duro sentia mal as cacadas do Luciano. O vinho, como uma almofada caridosa, **amortecia** a dor dos golpes. Em carne viva e anestesiada ao mesmo tempo, lúcido e entorpecido, tudo **se passava** como se um trágico pesadelo o atormentasse na aparente realidade de um sonho. (Torga, 1987: 132).
- (19) O certo e o incerto ofereciam-se-lhe com a mesma desfaçatez movediça. E **tentava** soltar-se das malhas invisíveis que o prendiam, na ânsia de cindir de uma vez os campos da verdade e da mentira (Torga, 1987: 133).

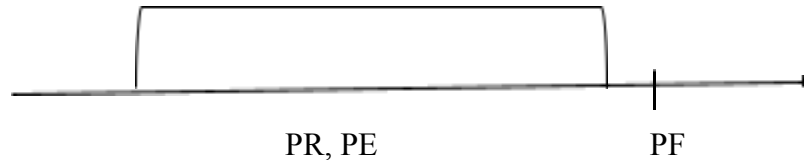
Olhando para estes exemplos, percebe-se que em todos eles as situações a negrito coincidem com os intervalos de tempo tidos como os seus pontos de referência. Em (16), o estado (“trazia”) sobrepõe-se parcialmente com o seu PR (“desde muito novo”); já em (17), há uma sobreposição total na primeira oração entre o estado habitual (“descansava”) e o seu PR (“aos domingos”)¹⁰. Em (18) e (19) a sobreposição também é total entre os estados a negrito e os seus pontos de referência (que são os próprios estados) e, em ambos os casos, a relação de sobreposição é motivada sobretudo pela sequência de estativos e pelo seu significado lexical, tornando difícil atribuir limites temporais às predicções. Na frase 4 do anexo, o intervalo de referência fornecido pelo adverbial “às tantas de madrugada” sobrepõe-se ao estativo “atravessava”. No entanto, devido à leitura inceptiva que o adverbial parece sugerir, essa sobreposição é parcial. Assim, a estes exemplos atribui-se o esquema

⁹ Note-se que, em (17), temos um caso de leitura de habitualidade, mas a relação de sobreposição das propriedades do estado básico dá-se entre cada situação particular de descansar e cada domingo. Na segunda oração, porém, o estado “ia às missas” inclui o seu PR (“ao romper de alva”). Portanto, esta frase corresponde ao esquema 1.

¹⁰ Note-se ainda que, nessa oração, não há só uma relação de sobreposição (de cada situação de descansar com cada domingo), mas também há uma relação quantificacional (habitualmente) que é imposta.

geral seguinte (neste esquema, deve ler-se que o PR sobrepõe-se, parcial ou totalmente, com o PE, sendo ambos anteriores ao PF).

Esquema 2



Para além das 5 frases acima citadas, as frases 1, 8, 10, 18 e 20 do anexo correspondem ao esquema 2, i.e., dão lugar a uma relação de sobreposição entre as eventualidades (são 10 exemplos, no total). No exemplo 20, porém, retomado aqui em (20), pode-se atribuir uma leitura de sucessividade às orações “Ninguém o **atendia**. **Voltava** a Guiães de mãos a abanar”, devido ao significado lexical dos estativos (habituais) em causa e ao PR do estado descrito por “atendia”, que é dado pela oração subordinada “quando entrava num povo”.

(20) Não **lutava** por nada e o seu esforço soava falso. Além disso, como o Luciano (...) já não **negociava** e nenhum dos novos queria emparceirar com ele, quando **entrava num povo**, desacompanhado, apenas com o macho atrás e o espantinho do crime adiante, as portas **fechavam-se-lhe** na cara. Ninguém o **atendia**. **Voltava** a Guiães de mãos a abanar. (Torga, 1987: 136)

Tal como aconteceu nos casos de inclusão, as predicções em que se desencadeia a relação temporal de sobreposição comprovam as propostas de Kamp & Reyle (1993) e de Dowty (1986): os estados, por não terem um PR próprio, mantêm uma relação de sobreposição com os eventos com que se combinam. Lembre-se que nos casos em análise a leitura estativa das proposições é dada pelo Imperfeito, tempo que por natureza dá lugar a predicções estativas quando combinado com eventos (Cunha, 2004: 303).

Em suma, o que temos visto até aqui evidencia aquilo que é amplamente previsto na literatura sobre o Imperfeito: é um tempo gramatical que favorece, em muitos casos, uma leitura temporal de sobreposição, ou mesmo de inclusão, das eventualidades com que se combina (Cunha, 2004: 307 ss.). Os dados analisados mostram que as situações representadas pelo Imperfeito estabelecem uma relação de sobreposição não com eventos, mas com estados.

3.2. Relação de Sucessividade com Imperfeito

Analisadas as relações de inclusão e de sobreposição, atentemos agora na relação de sucessividade com o Imperfeito, relação temporal à qual se dedica especial atenção neste trabalho e sobre a qual os dados se revelam interessantes.

Existem estudos, como se expôs na subsecção 1.3., que demonstram a possibilidade de o Imperfeito desencadear uma relação de sucessividade com as situações com que se combina. São principais exemplos disso os estudos de Kamp & Rohrer (1983) e Cunha (2004): no primeiro (Kamp & Rohrer 1983: 259), lê-se que “occasionally an imparfait sentence without temporal adverbs can also be understood as referring to a time that appears to be distinct from the reference time” (21) e, em Cunha (2004: 303), nota-se que há casos em que o Imperfeito dá preferência à leitura de sucessividade (11a), aqui retomado em (22):

(21) O meu cão estava no jardim. Saiu a correr e mordeu o carteiro.

(22) O João tinha um B.M.W. Vendeu-o para comprar um Ferrari.

(Cunha, 2004: 303)

Olhando para os exemplos dados por estes autores, conclui-se que, de facto, há uma leitura de sucessividade entre as situações, favorecida, nestes casos, pelo facto de que “the event can be understood as a change, or the immediate cause of a change, in the prevailing conditions” (Kamp & Rohrer 1983: 259). Essa “mudança” ou “causa de mudança” é dada pelo significado lexical dos eventos ocorridos nessas frases e, sobretudo, pelos seus tempos gramaticais: em ambos os casos, o Imperfeito é seguido de Pretérito Perfeito, tempo gramatical que marca eventualidades terminadas. Por outras palavras, para além das relações retóricas, de que aqui não nos iremos ocupar, fatores contextuais relacionados com a interpretação lexical das situações, aliados a efeitos pragmáticos, forçam uma leitura não canónica do Imperfeito, desencadeando, em casos como os dos exemplos acima apresentados, uma relação de sucessividade.

Pretende-se, com os dados em análise, compreender de que maneira as eventualidades em sucessão no Imperfeito licenciam a relação de sucessividade entre si e/ou com os seus pontos de referência, i.e., que elementos linguísticos proporcionam este tipo de interpretação. Nos dados em análise, a relação de sucessividade temporal entre as eventualidades no

Imperfeito e os seus pontos de referência é estabelecida de duas maneiras diferentes e com diferentes elementos linguísticos. Nesta secção, discutem-se os casos em que a sucessividade é dada pelo Imperfeito, combinado ou não com adverbiais temporais; e, na subsecção 3.2.1., analisam-se casos do Imperfeito com valores eminentemente aspetuais (construções de habitualidade).

Nas frases seguintes (correspondentes às frases 11 e 19 do anexo) há uma relação de sucessividade entre as eventualidade e os seus respetivos pontos de referência:

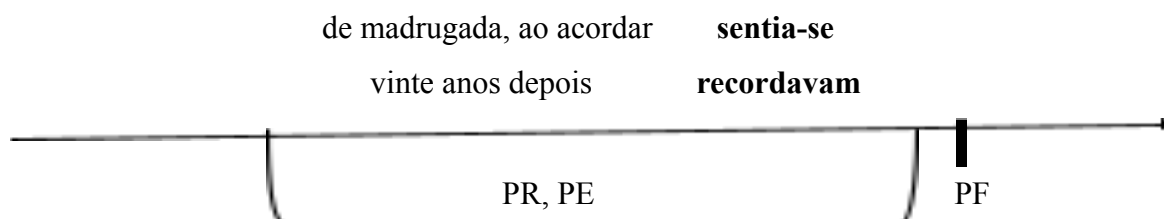
(24) Um migalho ressentido, adormeceu. E de madrugada, ao acordar, **sentia-se** roído por uma inquietação que até ali nunca conhecera (Torga, 1987: 131).

(25) E Guiães não insistiu. Vinte anos depois, só porque em frente da casa onde se dera o crime (...) havia umas alminhas, é que os mais velhos **recordavam** o almocreve, a explicar a pedra aos filhos (Torga, 1987: 134).

Em ambos os exemplos, os pontos de referência dos estativos são fornecidos pelos adverbiais temporais (“de madrugada ao acordar”, “vinte anos depois”), numa relação de sobreposição entre si. São casos em que o Imperfeito funciona como Imperfeito de rutura, graças à sua interação com os adverbiais temporais que apontam para posterioridade. São esses adverbiais que, ao servirem de PR aos respectivos estados, fazem avançar a narrativa, i.e., estabelecem uma relação de posterioridade com as situações no Pretérito Perfeito que os antecedem: em (24) e (25), “de madrugada, ao acordar” e “vinte anos depois”, intervalos temporais em que se localizam os estativos “sentia-se” e “recordavam”, são posteriores aos eventos descritos pelas proposições “adormeceu” e “não insistiu”, respetivamente, sendo que, em qualquer dos casos, continuamos no domínio do passado. Assim, nos dois casos, as frases precedentes no Pretérito Perfeito (eventos terminados) também concorrem para a fixação da referência dos respetivos estativos, na medida em que é em relação a esses eventos que se pode dizer “vinte anos depois” ou “de madrugada”. Nestes casos, por exemplo, os pontos de perspectiva temporal destes estativos correspondem às orações no Pretérito Perfeito, que são por defeito anteriores às situações estativas em causa.

Em consonância com as observações feitas em cima, atribui-se o esquema 3 a estes exemplos.

Esquema 3



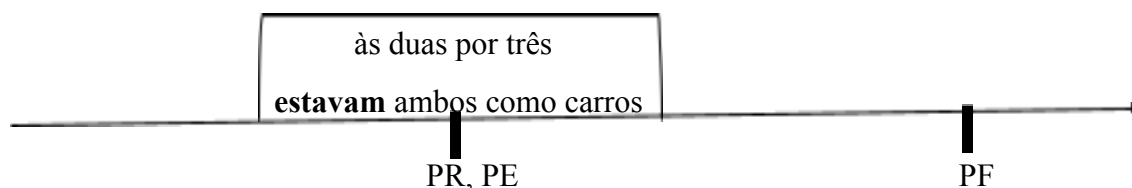
Nos exemplos apresentados, observa-se que a leitura de sucessividade com o Imperfeito em contextos de narração dá-se preferencialmente em combinação com adverbiais temporais que remetem para um intervalo posterior ao das situações antecedentes, o que é relativamente diferente de casos analisados em Kamp & Rohrer (1983) e em Cunha (2004), como já se referiu.

Para além dos casos ora discutidos, no exemplo seguinte¹¹ (correspondente à frase 13 do anexo), embora se estabeleça uma relação de sobreposição temporal entre a situação no Imperfeito (que é um estado lexical) e o seu PR, dado pelo adverbial temporal “às duas por três”, há uma relação de sucessividade entre estes e os eventos que os antecedem no texto:

(26) Iam buscar centeio a Pinhão Celo, e tiveram de dormir em Alifafe. O Duro não era homem de muito vinho. Contudo, à ceia, para abafar a amargura que o afligia por dentro, carregou-lhe. O Luciano, esse nem se fala. E às duas por três estavam ambos como carros.

Seguindo a proposta de Reichenbach (1947), este exemplo pode ser representado pelo esquema 4.

Esquema 4



¹¹ Saliente-se que o primeiro imperfeito ("não era homem de muito vinho") estabelece uma relação de sobreposição com os eventos que o acompanham (quer com o precedente, quer com os seguintes). Esta proposição é um predicado de indivíduo, que parece manter as suas propriedades, embora haja, no entanto, uma espécie de exceção (repare-se no uso de “contudo”); ou seja, não há evidência de que, no intervalo de tempo em que se localiza esse estativo, as propriedades que caracterizam o Duro não se verifiquem, apenas deixaram de ser relevantes naquele momento, passando a verificar-se o que é descrito pela frase que segue o estativo (“Contudo, à ceia... [o vinho] carregou-lhe”). A análise das relações do Imperfeito com predicados de indivíduo encontra-se em Oliveira (2004).

No total, são 4 as frases em que se estabelece uma relação de sucessividade, correspondendo aos exemplos 8, 15, 13 e 21 do anexo. Em todas elas, o PR é dado pelos adverbiais temporais, com ponto de perspectiva temporal explicitado pelas eventualidades antecedentes no Pretérito Perfeito. Com efeito, diferentemente dos casos discutidos em Cunha (2004) e Kamp & Rohrer (1983), nos quais o PR é fornecido pelos eventos terminados com os quais o Imperfeito se combina e não pelos adverbiais temporais, sem explicitação do ponto de perspectiva temporal, nos dados aqui analisados a sucessividade não é proporcionada por significados lexicais das eventualidades, mas sim pelos adverbiais temporais que remetem para intervalo posterior ao dos estativos com que se combinam.

3.2.1. Leitura de Sucessividade com Imperfeito de habitualidade

Na secção 1.1., mostramos, com base em Cunha (2013), que a informação aspetual de uma proposição pode ser dada lexicalmente (aspeto básico) ou gramaticalmente (aspeto gramatical ou derivado), sendo os tempos gramaticais um dos responsáveis para obtenção desta última leitura aspetual. É nessa condição que, como vimos em 1.3., o Imperfeito, para além de valores temporais e modais, tem valores aspetuais (Oliveira 2004, 2013; Cunha 2004, 2013). Enquanto um tempo do passado e alargado, o Imperfeito, combinado com predicados eventivos, introduz uma leitura em que se descreve uma repetição regular e habitual de situações simples ocorridas no passado (Oliveira 2013: 521; Cunha 2013: 586), ou seja, é um estativizador por excelência.

Nesta subsecção do trabalho, analisa-se um conjunto de exemplos em que o Imperfeito dá origem a estados habituais através da repetição de situações, na medida em que essa repetição habitual resulta numa leitura de sucessividade temporal entre as eventualidades. Observem-se os seguintes exemplos (frases 3, 4, 15 e 24 do anexo):

(27) E ao cabo de duas horas, **carregava** os cachos e **metia-se** a caminho com vinte ou trinta mil réis de ganho (Torga, 1987: 128).

(28) **Descarregava**, **desaparelhava** e **pensava** os animais, **ia** à cozinha comer o caldo, e **chegava-se** ao calor da cama. Às vezes, o corpo (...) **pedia-lhe** uma tolice. E **encostava-se** à mulher. Mas raras vezes ela o **atendia**. Enfastiada, cheia de sono, **resmungava** que se arredasse para lá, que vinha gelado. Contra a vontade da carne, **dava-lhe** razão (Torga, 1987: 128).

(29) A Isaura, essa, mais fidalga, **erguia-se tarde**, e **às onze** é que **atravessava** o povo em direção à igreja (...) (Torga, 1987: 130).

(30) Pelas terras onde passava, Cristo nascera no coração de todos. (...) Mas **viam-no**, e **mudavam** de semblante.

Todos estes exemplos têm em comum o facto de os Imperfeitos neles ocorridos conferirem habitualidade às situações com que se combinam (i.e., são estados habituais), isto porque cada eventualidade ocorreu repetidamente no passado, e estabelecerem entre si uma leitura de sucessividade, embora nas frases (27) e (29) estejam representados adverbiais temporais (nestes casos, o PR das eventualidades é marcado pelos respetivos adverbiais).

Em (27), a sucessividade é proporcionada pela ocorrência do adverbial temporal “ao cabo de duas horas”, sendo que as situações “carregava os cachos” e “metia-se a caminho” ocorreram posteriormente¹², sendo antecedidas, no conto, pela oração “agarrava-se ao vendedor como uma criança (...)”. Ou seja, depois do intervalo delimitado pelo adverbial “ao cabo de duas horas”, verifica-se a mudança no estado das coisas (mudança essa ocorrida várias vezes no passado), passando a ter lugar os estativos ocorridos na oração. No entanto, entre essas situações e o seu PR, estabelece-se uma relação de sobreposição. Tal como em (27), na frase (29) ocorrem adverbiais temporais que estão integrados na repetição (as situações ocorrem repetidamente no passado e, por exemplo, “às 11 horas” não assinala um único intervalo de tempo, mas uma sucessão de intervalos repetidos, p.e., diariamente). Cada um dos estativos (“erguia-se”, “atravessava”) tem o seu PR explicitado pelo adverbial temporal (“tarde”, “às onze”), através do qual a relação de sucessividade é estabelecida, com a repetição dos eventos télicos (“erguer-se” e “atravessar”). Mais uma vez, a relação entre as situações e os respetivos PR é de sobreposição.

Já nos exemplos (28) e (30), ao contrário do que acontece nos outros exemplos, a relação de sucessividade é dada pelas eventualidades no Imperfeito em sucessão, sem adverbiais temporais que sirvam de pontos de referência explícitos, sendo a função do Imperfeito eminentemente aspetual, pluralizando as eventualidades em causa. Um facto interessante é que, em (28), p.e., a frequência com que os eventos se repetem é marcada pelos adverbiais “às vezes” e “raras vezes”. Repare-se também que, de certo modo, é possível

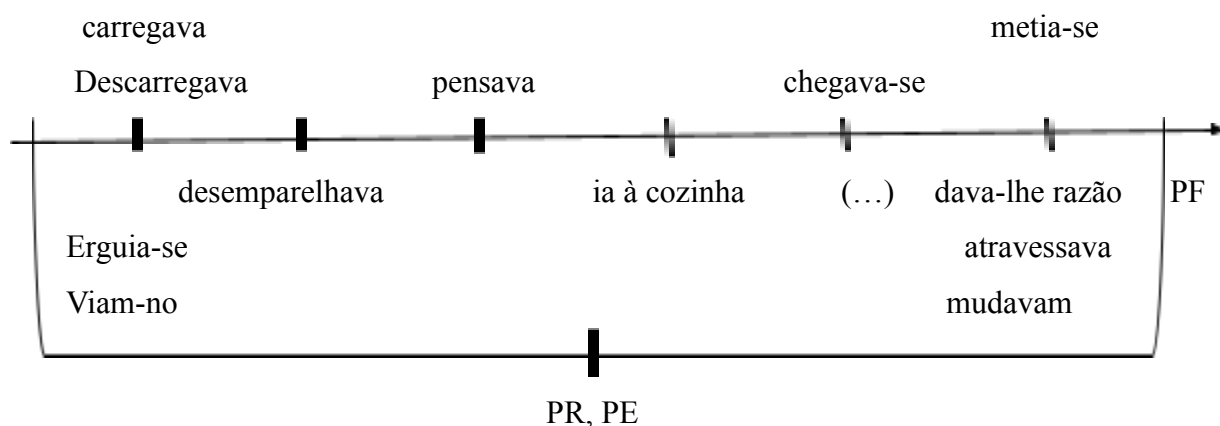
¹² Note-se, porém, que entre “carregava os cachos” e “metia-se a caminho”, a leitura mais plausível parece ser a de sobreposição (parcial); i.e., o estado descrito por “carregava (...)”, embora tenha iniciado antes, verifica-se durante o intervalo da localização temporal do estativo “metia-se a caminho”.

delimitar os intervalos temporais de cada uma das situações destas duas frases, na medida em que cada uma das eventualidades no Imperfeito serve de PR ao Imperfeito seguinte. Regista-se assim a mudança no estado de coisas inicial (sendo que, entre a primeira situação de ambos os exemplos, “descarregava” e “viam-no”, e o seu respetivo PR, há uma relação de sobreposição). Podemos, por isso, dizer que cada um desses imperfeitos tem uma referência própria.

Por fim, é preciso notar que o facto das situações exemplificadas se sucederem não se deve ao Imperfeito em si, mas é o reflexo das propriedades daquilo a que Cunha (2006) designa de “perspetivador de habitualidade”, que generaliza sobre situações episódicas, preservando, contudo, “algumas características das predicções básicas a que se aplicam” (Cunha 2006: 345). O Imperfeito limita-se a conferir informação aspetual de habitualidade.

As frases ora analisadas são o total (4) dos exemplos em que há uma leitura de sucessividade com estados habituais¹³, podendo ser resumidas, em geral, no esquema 5.

Esquema 5



3.3. Quadro síntese das relações temporais analisadas

Num total de 22 exemplos considerados, foram encontrados 11 casos de sobreposição, 5 de inclusão e 8 de sucessividade, 4 dos quais derivados de estados habituais. No quadro seguinte apresenta-se o resumo das relações temporais analisadas.

Relações temporais com Imperfeito do Indicativo		
Relações típicas		Relação não típica (contexto narrativo)
Inclusão	Sobreposição	Sucessividade

¹³ Entre cada estativo e o seu PR, nestes casos, desencadeia-se uma relação de sobreposição.

		Propriedade temporal	Propriedade aspetual
5	11	4	4
Total do corpus			22

4. Considerações finais

Neste artigo discutiram-se as relações temporais que as proposições no Imperfeito do Indicativo desencadeiam em contextos de narrativa, recorrendo-se, por isso, à recolha de um conjunto de 26 exemplos do conto “Solidão”, de Miguel Torga (1987). Entre os vários valores que este tempo gramatical possui, foram considerados exclusivamente, neste trabalho, os seus valores aspetuais e temporais, na medida em que, como defendem autores como Kamp & Rohrer (1983), Dowty (1987) e Cunha (2004, 2013), entre outros, o modo como as eventualidades se estruturam internamente pode influenciar a sua localização e as relações temporais que estabelecem.

Aspetualmente, o Imperfeito estativiza as predicções (Cunha 2004: 303), i.e., torna-as situações não dinâmicas, com uma estrutura interna uniforme. Em consequência disso, promove sobretudo as relações de sobreposição e inclusão com as eventualidades com que se combina, uma vez que é um tempo temporalmente sobreposto ao passado. No entanto, quando as situações que o antecedem/seguem podem ser encaradas como uma mudança ou provocadoras de uma mudança no estado das coisas, o Imperfeito estabelece, preferencialmente, uma relação de sucessividade.

De acordo com os dados analisados, confirmou-se que, de facto, as predicções com o Imperfeito, em consequência das características aspeto-temporais deste tempo gramatical, promovem relações de sobreposição e de inclusão entre as situações e os seus pontos de referência, que podem ser fornecidos pelos adverbais temporais ou pelas orações no Pretérito Perfeito que antecedem o Imperfeito. O PF, em ambas as relações, é posterior ao PR e ao PE. Em contextos de narrativa, porém, podemos encontrar também uma relação de sucessividade com o Imperfeito. Neste caso, e tendo em conta a análise feita na subsecção 3.2., conclui-se que:

- apesar de existirem exemplos em que os Imperfeitos são antecidos pelas eventualidades descritas no Pretérito Perfeito (frases 11 e 19 do anexo) em relação às quais se estabelece uma relação de sucessividade temporal – tal como acontece nos casos previstos por Kamp & Reyle (1993) e Cunha (2004) – a diferença é que, nos dados analisados por nós, os pontos de referência dos estativos são explicitados pelos adverbiais temporais (como “vinte anos mais tarde”, “às duas por três”), sobrepondo-se com os estados, sendo ambos posteriores a situações antecedentes no Pretérito Perfeito (que também concorrem para a fixação da referência das respetivas eventualidades). Tal facto não se verifica nos exemplos fornecidos por Kamp & Reyle (1993) e Cunha (2004), em que a sucessividade é estabelecida exclusivamente em relação aos eventos descritos nos tempos perfectivos;
- a relação de sucessividade pode ser marcada pelas eventualidades em sucessão no Imperfeito, podendo cada um dos estativos ter o seu PR explicitado por um adverbial (frase 9) ou não (frases 3 e 22 do anexo) – neste caso, cada situação no Imperfeito serve de PR à situação que a segue. Recorde-se que, neste tipo de casos, a relação de sucessividade não resulta de propriedades temporais do Imperfeito, mas das características das situações envolvidas na construção encarada no seu todo.

Assim, podemos concluir que foram cumpridos todos os objetivos deste trabalho, dado que se conseguiu analisar as três relações temporais consideradas, explicitando os elementos linguísticos e/ou extralinguísticos que favorecem cada uma delas. Das 24 frases consideradas, foram identificados 4 casos em que há uma relação de inclusão entre as proposições no Imperfeito e os seus respetivos pontos de referência, 10 casos de sobreposição e 8 casos de sucessividade (4 casos resultantes das propriedades temporais/cominação com advérbios temporais e 4 das propriedades aspetuais), facto que demonstra que os casos de sucessividade são relativamente relevantes no todo do *corpus*.

Referências

Cunha, L. F. 1998. As Construções com Progressivo no Português: uma abordagem Semântica. Dissertação de Mestrado, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- _____. 2004. Os estados e a organização temporal do discurso. In Semântica das predicacões estativas: para uma classificação aspectual dos estados (299-329). Dissertação de Doutoramento, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível na Internet em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/18379/2/4997TD01P000079607.pdf>
- _____. 2006. Frequência vs. Habitualidade: Distinções e Convergências. Actas del XXXV Simpósio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística. León: Sociedad Española de Lingüística, 333-357. Disponível na Internet em: <http://www3.unileon.es/dp/dfh/SEL/actas/Cunha.pdf>
- _____. 2013. Aspeto. In Gramática do Português (vol. 1, 585-619). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dowty, D. R. 1979. Word meaning and Montague grammar: the semantics of verbs and times in generative semantics and in Montague's PTQ. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- _____. 1986. The effects of aspectual class on the temporal structure of discourse: semantics or pragmatics?. *Linguistics and Philosophy* 9(1):37-62.
- Kamp, H.; Rohrer, C. 1983. Tense in texts. In *Meaning, use and interpretation of language* (250-269). Berlin: De Gruyter. Disponível na Internet em: <https://www.ims.uni-stuttgart.de/archiv/kamp/files/1982.kamp.rohrer.tense.pdf>
- Kamp, H.; Reyle, U. 1993. *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Matos, S. 1996. Aspectos da semântica e pragmática do Imperfeito do Indicativo. *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas II* 13: 435-474. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível na Internet em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7705/2/2744.pdf>
- Oliveira, F. 1986. Algumas Considerações acerca do Pretérito Imperfeito. *Actas do II Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: 78-96.
- _____. 2004. O Imperfeito e o tempo dos indivíduos. In *Da Língua e do Discurso* (vol. 1, 505-528). Porto: Campo das Letras. Disponível na Internet em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/119677/2/110355.pdf>
- _____. 2013. Tempo verbal. In *Gramática do Português* (Vol. I, 509-553). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Reichenbach, H. 1947. The Tenses of Verbs. Section 51 of *Elements of Symbolic Logic* (287-98). New York: The Macmillan Company.
- Silva, P. 2005. *O Tempo no texto: contributo para o estudo da expressão do tempo em seqüências textuais*. Tese de doutoramento, Universidade Aberta.
- Torga, M. 1987. Solidão. In *Contos da Montanha* (127-138). Coimbra: Gráfica de Coimbra.

Anexo

1. Agarrava-se ao vendedor como uma carraça. Que **lhe havia** de tirar qualquer coisinha, pois então! Assim, as almas tivessem paz no céu como **não ganhava** um vintém se o levasse por aquele preço. **Perdia**, mas é. p. 128

2. E ao cabo de duas horas, **carregava** os cachos e **metia-se** a caminho com vinte ou trinta mil réis de ganho. p. 128
3. **Descarregava**, **desaparelhava** e **pensava** os animais, **ia** à cozinha comer o caldo, e **chegava-se** ao calor da cama. Às vezes, o corpo (...) pedia-lhe uma tolice. E **encostava-se** à mulher. Mas raras vezes ela o **atendia**. Enfastiada, cheia de sono, **resmungava** que se arredasse para lá, que vinha gelado. Contra a vontade da carne, **dava-lhe** razão. E de manhã, ainda o sol se **espreguiça** nos quinta (...). (p. 128)
4. E às tantas da madrugada aí **atravessava** ele o povo, Guiães, com os machos de tal maneira que pareciam pavões armados. (p. 129)
5. A Isaura fora sempre o seu fraco. Desde muito novo que a **trazia** na ideia. (p. 129)
6. Fez que não entendeu. Pois sim. A Gorda é que **sabia** o que lhe convinha. (p. 129)
7. Só descansava aos domingos. E mesmo assim **ia** às missas à Senhora da Amoreira ao romper de alva (...). (p. 130)
8. A brincar a brincar, matava dois coelhos duma cajadada: **ouvia** o padre Serôdio e **apalavrava** meia dúzia de alqueires. (p. 130)
9. A Isaura, essa, mais fidalga, **erguia-se tarde**, e às onze é que **atravessava** o povo em direção à igreja (...). (p. 130)
10. O Duro **protestava**. Um homem não se casa para anda sempre com uma agulhada na mão (...) desconfiado. Nem **era** justo medir tudo pela mesma rasa. (...) Agora se os feitos **calhavam**, não **havia** nada mais bonito. (p. 131)
11. Um migalho ressentido, adormeceu. E de madrugada, ao acordar, **sentia-se** roído por uma inquietação que até ali nunca conhecera. (p. 131)
12. E da negrura da borracheira, numa purificação universal, que clamava heroicamente e o outro covardemente aceitava, saiu a triste claridade da desgraça do Duro. **Era** corno. (p. 132)
13. Iam buscar centeio a Pinhão Celso, e tiveram de dormir em Alifafe. O Duro não era homem de muito vinho. Contudo, à ceia, para abafar a amargura que o afligia por dentro, carregou-lhe. O Luciano, esse nem se fala. E às duas por três **estavam** ambos como carros. (p. 132)
14. Apesar de o atravessarem de lado a lado, o Duro **sentia** mal as cacadas do Luciano. O vinho, como uma almofada caridosa, **amortecia** a dor dos golpes. Em carne viva e anestesiada ao mesmo tempo, lúcido e entorpecido, tudo **se passava** como se um trágico pesadelo o atormentasse na aparente realidade de um sonho. (p. 132-3)

15. O certo e o incerto **ofereciam-se-lhe** com a mesma desfaçatez movediça. E **tentava** soltar-se das malhas invisíveis que o prendiam, na ânsia de cindir de uma vez os campos da verdade e da mentira. (p. 133)

16. De manhã **sabia-lhe** a vida a podre, a um gosto repugnante de fel. (...) Ergueu os machos a pontapés. E, sem dizer uma palavra ao colega, que ressonava ainda, tocou vazio para Guiães. (p. 133)

17. **Vinha** cego, cheio dum ódio calado, espesso, que o tomava todo, desde a cabeça aos pés. (p. 133)

18. O Duro **ouvira** o amigo com a atenção distante. O frio que sentia na alma **tirava** a significação a tudo. (p. 134)

19. E Guiães não insistiu. Vinte anos depois, só porque em frente da casa onde se dera o crime (...) **havia** umas alminhas, é que os mais velhos **recordavam** o almocreve, a explicar a pedra aos filhos. (p. 134)

20. Não **lutava** por nada e o seu esforço **soava** falso. Além disso, como o Luciano (...) já não **negociava** e nenhum dos novos **queria** emparceirar com ele, quando entrava num povo, desacompanhado, apenas com o macho atrás e o espantinho do crime adiante, as portas **fechavam-se-lhe** na cara. Ninguém o **atendia**. **Voltava** a Guiães de mãos a abanar. (p. 136)

21. (...) Sem poder aguentar mais o frio daquela maldição humana, falou em casamento à Rosária (...). **Estava a entrar** nos quarenta e cinco. Não **era** velho ainda. (p. 136)

22. Pelas terras onde passava, Cristo nascera no coração de todos. (...) Mas **viam-no**, e **mudavam** de semblante. (p. 136)